



1

ATA 249

2 Aos treze dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às quatorze horas, realizou-se
3 reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa,
4 em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente, Beatriz de
5 Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais:**
6 Tierri Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza e Josemar Severino (Secretaria
7 Municipal de Assistência Social); Ana Cristina Duda (Fundação Municipal Proamor);
8 Daniele de Antoni Calixto Strack (Secretaria Municipal de Saúde); Cláudia Daniele
9 Coneglian (Secretaria Municipal de Educação); Antonio Ademir Rosa (Secretaria
10 Municipal de Gestão Financeira); Clóvis Airton de Quadros (Secretaria Municipal de
11 Administração e Assuntos Jurídicos). **Os conselheiros titulares não governamentais:**
12 Claudimar Barbosa da Silva (Entidades de Proteção Social Especial de Alta
13 Complexidade); Marcelo Safraid (Entidades de Proteção Social Especial de Média
14 Complexidade); Adrianis Galdino da Silva Junior (Profissionais da Área de Assistência
15 Social); Anderson Quintino Martins e Cleber Paula Santos (Entidades de Proteção
16 Social Básica); Patrick Fernando Osga e Mercedes Etelvina Pinto Ribeiro (Usuários da
17 Assistência Social). **Os Conselheiros governamentais suplentes:** Leni Aparecida
18 Viana da Rocha (Secretaria Municipal de Educação). **Os Conselheiros não**
19 **governamentais suplentes:** Lilian Klimiont (Entidades de Proteção Social Básica). **Os**
20 **Conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade:** Derci Roberto
21 Cabral Nunes (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional).
22 **Os Conselheiros não governamentais suplentes no exercício da titularidade:** Ana
23 Carolina da Silva Reis (Profissionais da Área de Assistência Social). Foram recebidas as
24 seguintes justificativas de ausência: conselheiro José Geraldo Berger, conselheira Lúcia
25 Wolf e conselheiro Alexandro Sirajá José de Paula. **Registradas as presenças:** Carla
26 Bühner Salles Rosa, Cleusa Szreider, Patrícia Mitui, Salete do Rocio Miranda, Joselle
27 Maria Mima, Nair Lourdes S. Serrato, Armando Madalosso Vieira, Adir. J Berton e Marli
28 de F. Mendes. A reunião contou com a **seguinte pauta:** 1- Apreciação e Aprovação da
29 Pauta. 2- Aprovação das Atas 246 e 247. 3- Informes Gerais. 4- Apreciação do parecer
30 da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre os seguintes assuntos:
31 4.1- Projeto do convênio com o Ministério Melhor Viver; 4.2- Projeto de aditivo de valor
32 no convênio com a Associação Pontagrossense de Emancipação para
33 Deficientes/APEDEF. 5- Apreciação do parecer da Comissão de Ética. Presidente
34 Beatriz iniciou a reunião desejando boa tarde, que todos sejam bem vindos e que Deus
35 abençoe a todos, colocou a leitura da pauta em apreciação e votação. O conselheiro
36 Tierri solicitou a inclusão de um item na pauta, dizendo que chegou para o CMAS uma
37 demanda com relação a uma decisão tomada na reunião plenária passada a respeito da



38 Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária. O
39 conselheiro Tierri disse que quando o pessoal da Cooperativa veio buscar a resolução
40 assinada, apontaram algumas mudanças que aconteceram no projeto, as quais geraram
41 um novo código, passando do número vinte e seis para trinta e três. O conselheiro Tierri
42 disse ainda que também houve uma pequena alteração no valor de quatro reais, com a
43 alteração, o valor da proposta é de cento e dezesseis mil novecentos e noventa e dois e
44 cinquenta e cinco reais, o CMAS aprovou na reunião passada o valor de cento e
45 dezesseis mil, oitocentos e oitenta e seis reais. O conselheiro disse ainda que a
46 Cooperativa trouxe o novo projeto e o reajuste de valor, que gerou o novo código, foi
47 excluída da proposta inicial a oferta de pão. A Cooperativa iria fornecer pão, mas houve
48 problemas com a vigilância sanitária e então eles aumentaram a quantidade de alguns
49 outros itens da proposta, como verduras e legumes. O conselheiro Tierri disse que
50 achou prudente trazer o assunto para a Plenária para avaliação, se a plenária aprova
51 essas alterações, concluindo essa demanda, ou o novo projeto volta para a comissão. O
52 conselheiro disse ainda que é uma diferença mínima de valor, a qual mudou o número
53 da proposta, ou seja, são duas alterações: o número da proposta e o valor do convênio
54 como um todo. O conselheiro Adrianis questionou que se o CMAS passar direto agora
55 não ferirá o trâmite, acredita que deve voltar para a comissão, a qual avalia e devolve,
56 não há pressa, há pressa? O conselheiro Tierri respondeu que não sabe se a demanda
57 é urgente e coloca que como haverá reunião ordinária na última sexta do mês, esse
58 assunto poderia ficar para a próxima reunião. O conselheiro disse ainda que não acha
59 um absurdo que isso fosse aprovado agora porque a alteração no valor não é
60 significativa e a outra alteração é apenas no código do projeto. A Presidente Beatriz
61 questionou o que os conselheiros acham. O conselheiro Cleber colocou que não vê
62 problema em discutir isso hoje. A presidente colocou em aprovação as duas propostas:
63 seguir para a pauta ou para a comissão, ficando assim definido: nove votos para o
64 assunto seguir para a pauta, sendo dos conselheiros: Tierri, Beatriz, Josemar, Ana
65 Cristina, Cláudia, Antônio, Clóvis, Mercedes e Derci, sete votos para o assunto seguir
66 para a comissão, sendo dos conselheiros: Claudimar, Marcelo, Adrianis, Cleber,
67 Anderson, Patrick e Ana Carolina. Na sequência, a presidente colocou que esse assunto
68 será o item seis da pauta de hoje e colocou em apreciação a mesma, a qual o
69 conselheiro Adrianis e o conselheiro Marcelo Safraid votaram contrários à aprovação da
70 pauta. APROVADA. A Presidente Beatriz passou ao item dois: aprovação das atas 246
71 e 247. O conselheiro Tierri colocou que a ata 246 só não foi aprovada na reunião
72 passada porque o Conselheiro Adrianis colocou que gostaria de propor algumas
73 alterações, mas não estava presente. Assim, ficou-se aguardando as colocações do
74 conselheiro, o conselheiro Marcelo também fez algumas alterações que já foram



75 incluídas na ata. O conselheiro Adrianis colocou que acha que vai chegar um ponto que
76 o CMAS deverá transliterar a ata como ela é, com todos os pontos e vírgulas, ouviu
77 várias vezes, fez alguns apontamentos e a ata tinha alguns furos e pontos cegos de
78 falas muito importantes e será necessário fazer a transliteração da ata na íntegra, sem
79 arranjos de língua portuguesa, ortografia, pois haviam questões e falas muito
80 importantes daquele dia que talvez passaram despercebidas porque depois da décima
81 escuta, já não se escuta tão bem e considera que deve-se ter um cuidado muito grande
82 com essas atas e as suas transcrições e haviam parte de diálogos inteiros que não
83 estavam. A secretária executiva Carla colocou que o gravador não capta as falas que
84 acontecem longe dele, disse ainda que cada vez que alguém falar será preciso levar o
85 gravador até a pessoa porque é impossível conseguir ouvir. A assistente administrativa
86 do CMAS, Patrícia, colocou que quem fala baixinho e longe do gravador não tem como
87 ouvir. A Presidente Beatriz colocou em votação a ata 246: **APROVADA**. O conselheiro
88 Adrianis disse que em relação à ata 246, ao final da gravação, um conselheiro acusou
89 em público que os conselheiros não governamentais haviam recebido dinheiro, “nós
90 temos o nome porque a pessoa se manifestou, nós até vamos pedir que neste mesmo
91 conselho ela faça, de fato, a comprovação da fala dela na reunião, ela disse que nós
92 recebíamos financiamento para agirmos neste conselho, eu de pronto abro minhas
93 contas particulares, nós vamos pedir retratação, é impossível um conselheiro deste
94 conselho fazer uma acusação tão grave desta, está na gravação, nós temos essa
95 gravação aqui no conselho como um documento, não foi só uma observação minha mas
96 de todos os conselheiros que escutaram essa parte e essa fala consta no corpo da ata,
97 é uma acusação muito grave, salvo a de indução política citando até nome de pseudos
98 ou propensos candidatos, nós vamos pedir a esse conselheiro que tenha a delicadeza,
99 que se ele levantou uma questão tão séria desta, se ele tem como de fato provar, nós
100 vamos pedir a ele que faça de fato uma retratação, acho que tem questões que a gente
101 tem que cuidar, não é a primeira vez que a gente escuta isso, eu acho que ele tem que
102 tomar muito cuidado com o que ele diz, isso saltou aos olhos dentre algumas outras
103 falas que não valem a pena serem nomeadas aqui, mas essa foi a que talvez fere a
104 moral dos conselheiros, da minha parte eu até acho que se recebesse eu estaria numa
105 situação melhor da que eu estou, acho que ele vai ter que dizer isso ao público.” O
106 conselheiro Tierri colocou que em relação à ata 247 houve problemas na gravação, o
107 gravador registrou apenas treze minutos da reunião, provavelmente porque a memória
108 tinha sido completada. Ele disse ainda que, por conta disso, a ata está bem simplória
109 porque foi transcrito o parecer das Comissões e algumas falas que foi possível lembrar.
110 O conselheiro Tierri colocou que se algum conselheiro disse alguma coisa importante
111 nessa reunião que gostaria que fosse incluído, por exemplo, a discussão do PETI,



112 várias pessoas falaram, mas foi colocada apenas a fala do conselheiro Anderson que foi
113 bem importante, mas outros conselheiros também falaram, e a ata está bem simples
114 mesmo. A presidente Beatriz colocou que todos tiveram acesso e leram a ata,
115 questionou se todos estão de acordo. O conselheiro Claudimar colocou que sentiu, de
116 fato, falta de vários pontos e questionou se alguém não tem anotações da reunião. O
117 conselheiro Adrianis colocou que escreveu sugerindo a inclusão da presença da
118 conselheira Eliane (Gerente da GPSE) que estava nesta reunião e deu explicações
119 sobre o PETI, disse ainda que foi inquirido sobre o Plano de Aplicação do PETI, na
120 ocasião, foi solicitado um relatório mais detalhado do PETI para avaliação, porque seria
121 realizada a aprovação da expansão, mas com ressalvas, também lembra que na
122 ocasião foi discutido sobre a contratação do psicólogo e não foi autorizada, não foi
123 aprovado a contratação depois de uma ampla discussão, esses são os pontos. O
124 conselheiro Adrianis sugeriu que esta ata fique *stand by* porque há questões que
125 precisam ser vistas e o ideal seria devolver a pauta do dia para os conselheiros e a
126 partir daí, os mesmos vão anexando as falas. O conselheiro disse ainda que lembra de
127 algumas discussões que giravam em torno de valores, acha que seria interessante ficar
128 em *stand by* e depois devolver, porque são dados importantes. A secretária executiva
129 Carla colocou que quem conseguir lembrar de algo que mande para o e-mail de todos e
130 fiquem a vontade para colocar as contribuições. O conselheiro Claudimar sugeriu para a
131 Presidente que tenha mais um gravador. A secretária executiva Carla esclareceu que o
132 Conselho não tem nenhum gravador, sendo utilizado o seu particular e o outro gravador
133 utilizado pertence ao conselheiro Adrianis. A Presidente Beatriz passou para o item três
134 da pauta: Informes Gerais: a secretária executiva Carla colocou os ofícios que foram
135 expedidos: Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa/ADFPG informando a
136 aprovação do aumento da carga horária do psicólogo para quarenta horas, com cópia
137 para a Fundação Proamor, Unidade Gestora de Transferências/UGT e para Divisão de
138 Monitoramento; foi expedido ofício para a Pastoral da Pessoa Idosa solicitando a
139 dispensa do trabalho para o Conselheiro Adrianis para participar da reunião ampliada do
140 CEAS; enviado ofício à Unidade Gestora de Transferências/UGT consultando os
141 procedimentos legais que devem ser seguidos para alteração dos planos de trabalho
142 das entidades, ainda não tivemos a resposta; reiterado o ofício ao Instituto João XXIII
143 solicitando manifestação escrita da desistência do Convênio para a execução do serviço
144 de contraturno social, foi enviado novamente e-mail e contato telefônico, mas não foi
145 obtido resposta escrita, o CMAS está no aguardo; recebido e-mail do Sr. José Carlos (
146 Cooperativa Camponesa) solicitando um termo de concordância para o Projeto
147 Cooperas, bem como mudança no valor e no código de proposta, assunto já
148 comentado; recebido e-mail da Sra. Elisa Stadle da Cooperativa de Conchas Velha



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

149 solicitando o parecer para o projeto PAA da CONAB, segue para comissão de
150 monitoramento e avaliação de projetos; recebido solicitação de inscrição para o
151 Albergue Assistencial, segue para comissão de documentação e cadastro; recebido da
152 Comissão Municipal Intersetorial de Socioeducação SINASE, ligada ao Conselho dos
153 Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA, convocação das ex-conselheiras
154 Marialva e Fernanda para participar da reunião, sendo necessário eleger dois outros
155 conselheiros para participar dessa comissão. O conselheiro Tierri colocou que foi
156 enviado e-mail, com urgência, para verificar se alguém poderia participar dessa reunião,
157 pois foi recebido na quinta feira e na sexta o conselheiro Adrianis, a conselheira Patrícia
158 e ele próprio (conselheiro Tierri), foram à Curitiba na reunião ampliada do Conselho
159 Estadual de Assistência Social. O conselheiro disse ainda, que podem ser eleitos agora
160 dois representantes, para informar, via ofício, os dois novos membros da SINASE. A
161 secretária executiva Carla colocou que foi recebido da Gerência de Proteção Social
162 Básica o projeto do Centro Marista Santa Mônica para futura avaliação do conselho e a
163 solicitação da ampliação de metas do JOCUM; recebido da Controladoria Geral do
164 município, solicitação para anexar a cópia da ata do CMAS no processo que pede
165 providências para a supressão da cláusula quarta do convênio de contraturno; recebido
166 um convite para o terceiro colóquio de violência contra pessoa idosa que ocorreu
167 quarta-feira, das oito às dezessete horas, uma promoção da UEPG; justificativas de
168 ausências na reunião de hoje: Conselheira Lúcia, Conselheiro José Geraldo e
169 Conselheiro Alexandro; recebido a Resolução do Conselho Nacional de Assistência
170 Social sobre o controle do Programa Bolsa Família pelos Conselhos Municipais de
171 Assistência Social, muda-se a instância e o CMAS passa a funcionar como instância de
172 participação e controle do Programa Bolsa Família. A secretária executiva Carla disse
173 ainda que esta Resolução deverá ser apreciada de uma forma mais amíúde por que o
174 município tem o Conselho de Controle do Programa Bolsa Família em funcionamento,
175 então, devemos fazer uma análise para verificar se vai continuar dessa forma ou não. O
176 conselheiro Tierri lembrou que, além disso, existe a resolução da CIT que coloca que
177 até dois mil e dezessete o CMAS deverá ser responsável pela gestão dos recursos do
178 Programa Bolsa Família, ou seja, o Conselho de Controle do Programa Bolsa Família
179 talvez não existisse mais, isso vem para colaborar com essa discussão. Por fim, a
180 secretária executiva Carla colocou que houve a participação dos conselheiros Tierri,
181 Adrianis e Patrícia na reunião ampliada do CEAS e se quiserem fazer alguma
182 colocação, pois de sua parte eram esses os informes. O conselheiro Adrianis colocou: “
183 foi a última reunião do CEAS da gestão atual, a gestão nova tomará posse dia vinte e
184 três, a região terá uma representante, não do conselho, a Érica que era vice-presidente
185 do conselho vai assumir agora uma cadeira no CEAS juntamente com a Rosemeri,



186 representante de Irati, nós teremos duas cadeiras no CEAS, um grande avanço neste
187 sentido, nesta gestão a presidência é governamental, e será não governamental a
188 próxima gestão do CEAS, a reunião foi mais uma prestação de contas e uma adulação
189 à imagem do governo estadual, podia ter sido melhor no sentido de participar melhor as
190 questões atuais da assistência, sobre todos os modelos de pactuação, eu acho que o
191 Conselho Estadual acresce mais quando discute a instância bipartite que é função
192 deles, para mim ficou um pouco vago, o melhor foi a tarde com a experiência de
193 Cascavel, nós tomamos nota de algumas coisas, vamos discutir internamente para
194 pensarmos que eles deram passos muitos significativos na política de assistência,
195 ademais eu vi que o conselho está um pouco atrelado de mais ao Gestor Público, isso
196 me faz pensar que ele perde um pouco de sua força enquanto fiscalizador, como tinha
197 agenda do SINASE estava esvaziado, o SINASE tomou três dias de todo mundo e logo
198 depois do SINASE teve reunião do CMDCA interna o que esvaziou de fato e os
199 municípios tinham que voltar, há quase uma semana fora de casa, tivemos pouco
200 público.” O conselheiro Tierrri colocou: “a Presidente do CEAS é não governamental e o
201 vice é governamental e ambos estavam falando bem um do outro, nós até brincamos
202 que conselho que não tem problema não é conselho, tem que ter discussão, só estavam
203 elogiando um ao o outro e ficou nisso a exposição inicial, foi comentado das resoluções
204 do CEAS, transferência fundo a fundo, mas hoje Ponta Grossa recebe muito pouco e o
205 valor do FEAS é de cento e vinte e sete milhões, desse valor muito pouco é repassado
206 para Ponta Grossa, talvez para outros Municípios seja um fluxo maior, por exemplo, o
207 programa Família Paranaense de transferência de fundo a fundo, do estado com o
208 município, ele (estado) agora está priorizando aqueles de pequeno porte e nós somos
209 de grande porte, acho que daqui alguns anos vai melhorar para Ponta Grossa pela
210 própria política para atender primeiro quem está mais necessitado. O pessoal de
211 Cascavel do Conselho Municipal fez uma fala interessante de coisas que eles fazem lá,
212 por exemplo, um fato que chamou muito a atenção é que em um único local funciona
213 todas as secretarias executivas de todos os conselhos da assistência, pois muitas vezes
214 há uma demanda que é do CMDCA e do CMAS daí já resolve-se ali, é uma questão
215 interessante, claro hoje, por exemplo, nós não temos espaço adequado para isso mas
216 quem sabe pensando um pouquinho melhor a gente consiga.” O conselheiro Adrianis
217 colocou que quer socializar de forma especial com os conselheiros não governamentais
218 que representam as entidades o contrato 289 que tomou conhecimento no diário oficial:
219 Termo de Concessão de Uso que celebram o Município de Ponta Grossa e o SOS:
220 *“Cláusula primeira: O presente termo tem por objeto a concessão de uso de*
221 *dependências do Complexo Ambiental e de Recreação Margherita Masini ao Serviço de*
222 *Obras Sociais – SOS, para a finalidade de exploração econômica de lanchonete,*



223 *floriculturas e serviços a fins, consoante informações no protocolado municipal*
224 *nº0340017/2014. A concessão far-se-á mediante contrato administrativo, a título*
225 *gratuito, por tempo indeterminado e com exclusividade. O Serviço de Obras Sociais*
226 *poderá transferir a concessão, no todo ou em parte, sempre a título oneroso e por*
227 *tempo determinado através de licitação. Caberá ao concedente definir as condições de*
228 *habilitação e os critérios de julgamento do certame. As sub-concessionárias sucedem o*
229 *Serviço de Obras Sociais nos direitos e obrigações decorrentes das cláusulas*
230 *contratuais e normas regulamentares da concessão. Fica eleito o foro da cidade de*
231 *Ponta Grossa para dirimir todas as questões atinentes a esta concessão. E, por estarem*
232 *justos e avençados, assinam este instrumento jurídico, em 02 (duas) vias de igual teor e*
233 *forma, na presença de 02 (duas) testemunhas. Ponta Grossa, 09 de maio de 2014.*
234 *Concessionário Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa, Concedente Município de*
235 *Ponta Grossa, testemunhas: Suzana Molina e Suzana Giovanetti". Esse foi um termo*
236 *assinado pelo poder público na data de nove de maio de dois mil e quatorze, o*
237 *conselheiro acredita que as entidades deveriam de fato verificar que quando se trata de*
238 *uma entidade assistencial como as outras e recebe habilitação de exclusividade parece*
239 *que é uma questão delicada, este assunto é somente para partilhar com os*
240 *conselheiros. A Presidente Beatriz passou ao item quatro (4):apreciação do parecer da*
241 *Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre os seguintes assuntos: 4.1-*
242 *Projeto do convênio com o Ministério Melhor Viver. O relator Adrianis colocou que o*
243 *CMAS recebeu do Ministério Melhor Viver o projeto e em primeira discussão foi*
244 *devolvido e solicitado a presença da instituição para tirar dúvidas, haja vista que foi*
245 *levantado que o projeto trazia na sua essência muita similitude com aquilo que se faz no*
246 *CREAS, na ocasião veio o diretor da obra juntamente com o responsável pelos projetos*
247 *e dialogou com a comissão, tirou dúvidas, apresentou números claros e evidentes da*
248 *ação e do projeto. O conselheiro disse ainda que esse projeto já estava no conselho*
249 *desde o ano passado e refere-se ao serviço de centro de atendimento a população de*
250 *rua, no valor de R\$ 9.500,00 por mês, totalizando R\$ 85.536,00 com uma contrapartida*
251 *no total de R\$ 175.000,00, a entidade dobra o valor de contrapartida, é um projeto que*
252 *depois de sanada as dúvidas, as quais giraram em torno do socioeducativo e das ações*
253 *de continuidade, o parecer da comissão foi favorável. O conselheiro Adrianis comentou*
254 *que foi solicitado, após audição da entidade, o fluxo do socioeducativo e de algumas*
255 *orientações, é um fluxo de trabalho e a entidade apresentou tão prontamente quando*
256 *solicitado, o parecer da comissão de monitoramento depois da audição e da discussão é*
257 *favorável. O conselheiro Patrick pediu a palavra dizendo: “a maioria aqui não me*
258 *conhece não conhecem a vida que eu tive e faço questão que me conheçam, a Ana me*
259 *conhece muito bem, de anos, e foi uma das pessoas que chorou muito por mim, mas*



260 não estou aqui defendendo o Ministério, jamais vou defender o Ministério, mas eu
261 comecei no Ministério com o trabalho do centro de atendimento há três anos e hoje
262 estou aqui eu cheguei no Ministério totalmente mendigo, eu cheguei lá morador de rua,
263 andarilho e hoje estou aqui, tenho minha família, não estou defendendo o Ministério,
264 não estou defendendo verbas, estou contando um pouco do que eu vivi e por isso que
265 eu estou com essa camisa hoje, hoje, graças a Deus, sou eleito conselheiro
266 representante dos usuários e tenho provas que todos os cento e quarenta e seis que
267 votaram em mim são usuários, eu tenho provas concretas disso, eu posso trazer um por
268 um aqui se houver dúvidas, aliás, cento e quarenta e três votos que eu tive, eu não fui
269 em favela buscar com ônibus, não fui com van, não fui com nada, eu fiz um simples
270 apelo na hora do almoço e tive cento e quarenta e três votos de usuários, foram
271 moradores de rua, pessoas que estão lá se recuperando e se tem alguma dúvida aqui
272 no nosso meio, que não funciona o Ministério eu pediria que tire essa dúvida porque
273 funciona, porque qual que é o viés do conselho, é dar pão e café para o mendigo ou tirar
274 o mendigo da rua e fazer do mendigo um pai de família? Sou pai de família e jamais
275 pensei que um dia poderia comprar uma casa igual a que eu comprei e essa forma de
276 assistencialismo de doar um cobertor no inverno, quantos invernos existem na vida de
277 uma pessoa? Só um? Um cobertor vai resolver? Ou seria mais fácil tirar essa pessoa
278 da rua e fazer um pai de família? Dar um trabalho, nada contra bolsa família, bolsa
279 escola, mas não seria melhor se nós criássemos uma bolsa trabalho, que foi o que eu
280 aprendi a trabalhar, a não mendigar e hoje ter uma família, depois de oito anos de
281 morador de rua, viciado em craque, viciado em drogas, falando da minha parte cristã
282 para honra e glória de Deus tenho ido em colégios dar palestras sobre drogas, contra o
283 uso das drogas e fiz isso através do Ministério, através da Assistência Social e não
284 através do assistencialismo, porque primeiro eu ia no Ministério almoçar na quinta feira
285 e voltava para rua, foi isso que eu fiz durante muitos anos, mas quando o Ministério me
286 mostrou um outro projeto que foi o que me recolheu e que eu pude criar o meu filho a
287 minha vida foi diferente porque durante dez, doze anos, eu só fui no Ministério almoçar,
288 tomava sopa, tomava café e voltava para a rua. O trabalho do Ministério não está sendo
289 em vão existem setenta vidas sendo cuidadas, setenta pessoas mudando de vida, eu
290 coordeno dezesseis pessoas na horta que trabalhamos e eram pessoas mendigas e eu
291 comecei neste trabalho e hoje estou aqui, passei por tudo isso em três anos, era só isso
292 que eu queria falar, muito obrigado.” O conselheiro Adrianis falou que foi avaliado e o
293 impacto é visível, tanto o impacto de acolhimento, quanto depois a continuidade dos
294 serviços prestados pelo Ministério Melhor Viver, sobretudo aquilo que é tangente,
295 socioeducativo, o nível de reincidência tem sido baixo, também foi avaliado a questão
296 de quantidade versus qualidade e às vezes estamos tão preocupados com quantidade



297 que qualidade fica aquém, essa foi uma discussão quarta-feira nas oficinas, ainda se o
298 Ministério tivessem recuperado Um já teria valido centavo por centavo do dinheiro
299 aplicado nos projetos, o parecer da comissão é favorável. A Presidente Beatriz colocou
300 que só para complementar o conselheiro Patrick gostaria de parabenizar a vitória, não
301 foram os cento e quarenta e três votos e nem a sua participação em todo o fluxograma
302 da entidade e sim a sua vida porque isso para ela foi uma vitória. O conselheiro Patrick
303 agradeceu e falou que para sua família também, disse que a Ana que tantas vezes
304 chorou por ele, até já lhe bateu, para quem não sabe. O conselheiro Claudimar falou do
305 projeto do Ministério Melhor Viver, esteve lá e conheceu toda a infraestrutura, equipe
306 administrativa, parte técnica, realmente é um projeto que vale a pena investimento do
307 poder público municipal de assistência social e realmente muitas vidas saem salvas de
308 lá, não apenas espiritualmente, mas com certeza o trabalho é de nível excelente, o seu
309 voto é favorável. A Presidente Beatriz disse que complementando o conselheiro
310 Claudimar, teve o prazer de conhecer esse projeto e a estrutura, que tem o prazer de
311 quase diariamente acompanhar, porque mora numa região onde há muitos moradores
312 de rua e frequentemente vê a equipe do Melhor Viver abordando e tentando fazer o
313 trabalho, parabéns para essa entidade. O conselheiro Patrick falou que aquele prédio foi
314 construído só por recuperados, da primeira “pazada de terra até a última telha a ser
315 parafusada” foi todos os recuperados que fizeram, se não caiu até hoje é porque
316 funcionou. A Presidente Beatriz falou que é um projeto que merece toda a aprovação. O
317 conselheiro Antônio falou que conhece o projeto faz muito tempo e que este trabalho
318 dignifica a nossa cidade, é um trabalho muito importante e sabe do esforço do pessoal
319 que está envolvido na execução do projeto e aprova com louvor. A conselheira Claudia
320 também aprovou. O conselheiro Marcelo colocou que aprova até porque é voluntário no
321 Ministério e é voluntário como o nome já diz, voluntariamente, porque é uma entidade
322 que vale a pena fazer parte, trabalha com muita honestidade, caráter, faz o certo pelo
323 certo, não por algum benefício, então todo mundo que está lá tem muito isso, essa
324 questão do caráter, que acha que é fundamental nessa área de assistência social, que
325 vê que muitas vezes falta isso por aí, mas lá, tem orgulho de pertencer à instituição por
326 conta disso, não é só fazer um trabalho de assistência social, mas fazer bem feito com
327 amor e com caráter. O conselheiro Josemar falou que conheceu o Ministério quando
328 trabalhava no abrigo e tinha um menino que estava quase completando dezoito anos e
329 feito dezoito anos não tem para onde ir, assim tiveram uma conversa intensa com a
330 assistente social da entidade e conseguiram inserir o menino no Ministério, ele está até
331 hoje lá, já faz um, dois anos que ele está no Ministério, aprova. A conselheira Daniele
332 colocou que a equipe da saúde sempre recorre ao abrigo, ao Ministério, para abrigar os
333 pacientes, principalmente do CAPS, tanto no CAPS infantil, CAPS adulto, às vezes



334 chegam pacientes às cinco horas da tarde e a equipe da saúde recorre ao Ministério e
335 sempre foi bem atendido então, a conselheira Daniele aprova sim. A presidente Beatriz
336 também aprovou, **APROVADO, conforme Resolução CMAS 20/2014.** Item 4.2- Projeto
337 de aditivo de valor no convênio com a Associação Pontagrossense de Emancipação
338 para Deficientes/APEDEF. O conselheiro Adrianis comentou: “a Secretaria Municipal de
339 Assistência Social foi notificada pelo Ministério Público do fechamento da Associação de
340 Assistência ao Deficiente Físico e Mental Vila Velha e da realocação das usuárias que
341 estão lá, esta entidade parece ser uma pessoa antiga na mesa deste conselho e neste
342 momento chegou ao certame que tem que fechar e realocar, na ocasião, a Beatriz como
343 superintendente da Secretaria foi chamada e apresentou para a comissão uma proposta
344 que são dez mulheres e como nos temos uma residência inclusiva e a APEDEF que
345 também estava conveniada como residência inclusiva para dez pessoas, o problema
346 estaria solucionado, quatro iriam com a irmã Roberta que estava atendendo seis
347 pessoas, fechando um grupo e a APEDEF que estava funcionando com três usuários,
348 fecharia com nove usuários, ficando ainda com capacidade, porém a nossa grande
349 surpresa em uma audição foi que a APEDEF, conveniada como residência inclusiva e
350 recebe o percapita de mil e quinhentos reais, não se preparou para ser residência
351 inclusiva não tendo nem cuidadores e tampouco a estrutura física ou estrutura de RH
352 mínima para esses serviços, primeiramente o parecer da comissão foi frio conforme
353 manda a lei e a resolução e solicitou que teria que acolher, já que está recebendo e está
354 com a capacidade bem abaixo das metas conveniadas e ressaltamos ainda a esse
355 conselho que não adianta forçar situações porque depois elas voltarão para este
356 conselho e ele terá que resolver, fazer “descer” a assistência abaixo não adianta, a
357 vocação do projeto não era de residência inclusiva, eles estão atendendo residência
358 inclusiva e agora estamos com uma situação para resolver.” O conselheiro Adrianis
359 disse ainda que a instituição foi chamada para ser comunicada deste fato, mas no ato
360 da comunicação veio a surpresa e a comissão achou por bem a excepcionalidade haja
361 vista que essa é uma questão que o conselho pode ajudar a resolver mas é uma
362 questão muito particular, o tempo está expirando, já expirou, então, a comissão
363 deliberou da seguinte forma: *considerando o ofício encaminhado para o Ministério*
364 *Público a Secretaria Municipal de Assistência solicitando a remoção das usuárias da*
365 *entidade Vila Velha foi solicitado à comissão de projetos e monitoramento que avaliasse*
366 *a possibilidade de aditivo para APEDEF para acolhimento de seis usuárias.*
367 *Considerando que a Tipificação Nacional prevê a oferta de Serviço de Acolhimento*
368 *Institucional para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência em*
369 *Residências Inclusivas, no âmbito na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a*
370 *fim de garantir proteção integral, com vistas à construção da autonomia, da inclusão*



371 social e comunitária e do desenvolvimento de capacidades para a vida diária.
372 Considerando a resolução trinta e quatro de vinte e oito de novembro de dois mil e onze
373 do CNAS que define que habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a
374 promoção de sua inclusão à vida comunitária como sendo um processo que envolve um
375 conjunto articulado de ações de diversas políticas no enfrentamento das barreiras
376 implicadas pela deficiência e pelo meio, cabendo à assistência social ofertas próprias
377 para promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como a
378 autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos e à participação plena
379 e efetiva na sociedade. Considerando que APEDEF está inscrita nesse conselho como
380 atividade de residência inclusiva para deficientes mentais e físicos, segundo o que define
381 o conceito do MDS a residência inclusiva é uma unidade que oferta serviço de
382 acolhimento institucional no âmbito da proteção social especial de alta complexidade, do
383 SUAS conforme estabelece a tipificação nacional do serviço socioassistenciais a
384 referida entidade opera até o presente momento com apenas três usuários não
385 aplicando serviços segundo a natureza do seu convênio, consta RH insuficiente para
386 execução das atividades de residência inclusiva. Considerando que as residências
387 inclusivas devem estar inseridas em áreas residenciais da comunidade sem distanciar
388 excessivamente do padrão das casas vizinhas nem tampouco da realidade geográfica e
389 sócio cultural dos usuários, por outro lado, é importante garantir que o imóvel esteja
390 devidamente adaptado e amplo com atendimento ininterrupto, vinte e quatro horas,
391 considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que define formação de
392 equipes de referência deverá considerar o número de indivíduos atendidos, os tipos e
393 modalidades de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários,
394 neste sentido, a estruturação de equipes para ofertas do serviço de acolhimento
395 institucional para jovens e adultos com deficiência devem considerar as especificidades
396 do público atendido conforme orientações da Tipificação Nacional dos Serviços
397 Socioassistenciais, Normas Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), de
398 acordo com as normativas acima para atendimentos em pequenos grupos a usuários
399 com demandas específicas, ressalvada a importância de ter uma equipe técnica do
400 serviço composta por cuidadores, auxiliares de cuidadores, além dos trabalhadores do
401 SUAS de nível superior, com psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional que
402 de acordo com a resolução dezessete, de vinte de junho de dois mil e onze, poderão
403 atender as especificidades dos serviços socioassistenciais como da residência
404 inclusiva conforme o NOB/RH a quantidade de cuidadores e auxiliar de cuidador deverá
405 observar as especificidades dos usuários sendo seis para cada usuários com deficiência
406 e com dependência, nós temos uma normativa interna do CMAS que trabalha essa
407 questão relativa ao quanto de pessoas devem ter no serviço. Considerando que



408 *abertura do termo aditivo abre o precedente para outras entidades solicitarem o mesmo*
409 *encaminhamento deste conselho o que fere imediatamente o princípio de qualidade ao*
410 *mesmo tempo que se toma mão do princípio jurídico para compreender a concepção do*
411 *princípio de igualdade, devemos analisar a evolução histórica a verdadeira igualdade*
412 *consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua*
413 *igualdade. Considerando a discussão e deliberação dos membros da comissão que*
414 *ressaltam o caráter de excepcionalidade dessa situação, não mérito, tampouco preparo*
415 *comprovado à instituição para execução dos serviços, ao passo que frente as*
416 *evidências apresentadas a mesma se compromete a organizar e deixar as estruturas*
417 *físicas e de RH compatíveis a aquilo que orienta a resolução número onze, de vinte e*
418 *quatro de abril de dois mil e doze. Parecer: aprovar o aditivo para a APEDEF para*
419 *execução dos serviços de Residência Inclusiva, o aditivo destina-se a ampliação do RH*
420 *no valor de quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta reais dividido em sete parcelas,*
421 *vale ressaltar que a mesma já conta com convênio no valor de cento e oitenta mil reais,*
422 *sendo doze parcelas de quinze mil, na ocasião, foi solicitado Plano de Aplicação*
423 *detalhado com gastos referentes a cada funcionário, que já foi apresentado a este*
424 *conselho. Esse é o parecer da comissão. A Presidente Beatriz falou que o Ministério*
425 *Público encaminhou um documento dando o prazo até o dia vinte e seis de maio para*
426 *que a SMAS realocasse essas senhoras à uma outra instituição, a presidente Beatriz*
427 *procurou o Promotor pedindo um prazo muito maior porque até então não tinha uma*
428 *entidade que abrigasse essas senhoras e o promotor deu o mesmo prazo que ele teria*
429 *para responder à Procuradoria do Estado, sendo o prazo de quinze dias para que a*
430 *SMAS providencie um local para atender essas senhoras através do CREAS, quem está*
431 *acompanhando o processo é a Assistente Social Taís Verillo do CREAS, a irmã*
432 *Roberta já terminou a obra e está se propondo a aceitar quatro senhoras, e, as outras*
433 *seriam encaminhadas para APEDEF, inclusive a curatela, a A.S. Taís, em conjunto com*
434 *o Promotor, já estão fazendo todo o trâmite necessário. O conselheiro Anderson*
435 *perguntou se essas vagas ficariam cem por cento preenchidas, e, se houver*
436 *necessidade desse serviço novamente no município como fica? A Presidente Beatriz*
437 *falou que já se sabe que vai haver nesse ano, pois já existe. O conselheiro Anderson*
438 *falou que participou de uma reunião com a diretora da APAE e ela trouxe vários casos e*
439 *que, de imediato, teria uma pessoa que precisa deste serviço que não encontrou no*
440 *município e que até o final do ano serão cinco, para o ano que vem ela calcula umas*
441 *oito pessoas que são beneficiadas da APAE, mas que hoje não tem nenhuma família,*
442 *estão no abrigo e vão completar dezoito anos e não tem para onde ir, aí como que o*
443 *município vai atender essa necessidade. O conselheiro Claudimar falou que queria fazer*
444 *uma indagação olhando um pouquinho o passado: “se a APEDEF tinha um convênio de*



445 mil e quinhentos reais percapita e não estava executando? Não executou nada durante
446 o convênio?” O conselheiro Adrianis falou que a entidade tinha três abrigados e
447 esperavam o aceite da Residência Inclusiva, da segunda residência inclusiva que não
448 saiu, que a SMAS garantiria aporte, a questão é que quando eles apresentaram o
449 convênio estavam como residência inclusiva, mas não compuseram o RH que era
450 necessário para isso, a lei fria diz que eles devem executar o serviço sem nenhum
451 aditivo, o problema é que quando na apresentação e aprovação do projeto a percapita
452 deles é a mesma percapita do Odilon Mendes, foi elevado um percapita alta, como é o
453 caso da Irmã Roberta, de mil e quinhentos reais, aqui está a primeira parte do projeto,
454 eles tem um gasto mensal de quarenta e oito mil de salários, outros gêneros cento e
455 cinquenta mil e locação de imóvel dezesseis mil, o conselheiro colocou que levantou
456 essa questão, de quem apresentou o projeto não teve o cuidado de ver de fato a
457 questão que estava assumindo, que era uma Residência Inclusiva que em qualquer
458 momento deveria receber deficientes e a entidade não tinha cuidadores, haja vista que
459 cuidadores de idosos é uma modalidade totalmente diferente de cuidador de deficiente.
460 O conselheiro Anderson questionou quanto tempo eles trabalharam recebendo recurso
461 e sem ter equipe técnica. O conselheiro Adrianis respondeu que equipe técnica eles
462 tem, tem assistente social, de janeiro até o presente momento. O conselheiro Tierri falou
463 que o próprio valor da percapita, hoje é o valor mais alto que existe entre os convênios,
464 de mil e quinhentos reais, no ano passado, o CMAS estabeleceu o percapita igual ao do
465 abrigo de idosos, oitocentos reais, só que os oitocentos reais tornaram-se um valor
466 baixo para esse tipo de serviço, porque demanda um cuidado muito grande, por
467 exemplo, esse projeto de solicitação de aditivos que o conselheiro Adrianis comentou,
468 de quase sete mil reais por mês é o valor que será gasto para um cuidador vinte e
469 quatro horas, que deveria ser quatro, um noturno, um plantonista final de semana, então
470 um cuidador por dia, vinte e quatro horas, custa sete mil reais, se fossem dois, que
471 considera ideal, são quinze mil, que é o valor do convênio, então, realmente é um
472 serviço muito especial e demanda gastos elevados, só para os cuidadores seria um
473 custo de sete mil reais, o grande problema também foi os valores totais, acha que esse
474 ano o CMAS deverá rever esses valores da Percapita para esse serviço, porque é um
475 serviço muito especial, tem muitos problemas, um cuidado muito grande, um cuidador
476 para pessoas com deficiências, nesse caso das meninas da Vila Velha, são pessoas
477 que tomam medicamentos controlados que são totalmente dependentes para banho,
478 alimentação, então é complexo mesmo, o valor de quinze mil que eles recebiam não
479 deram conta de atender a essas necessidades. O conselheiro Adrianis, reportando-se a
480 fala do conselheiro Anderson: “imaginem se não tem APEDEF o que o município faria
481 para atender essa demanda judicial, se não tem nenhuma entidade.” O conselheiro



482 Claudimar perguntou qual a capacidade física da APEDEF? A assistente social Salete
483 respondeu que a capacidade física está adaptada para atender dez pessoas, não está
484 sendo atendido realmente pelo fato que quando foi feito o projeto seria para ser uma
485 residência inclusiva, haveria quinze mil de convênio com recursos federais, quando este
486 recurso deixou de vir, o valor de quinze mil não seria suficiente para prestar o serviço,
487 então, o que a entidade (APEDEF) poderia atender seriam deficientes físicos porque
488 eles não são dependentes e a maior parte é totalmente independente. A assistente
489 social Salete disse ainda que quando houve a necessidade de estender o abrigo
490 às meninas recorreram com projeto de aditivo, solicitando, ao menos, o recurso para
491 cobrir o pagamento dos cuidadores, mas a APEDEF está totalmente adaptada e tem
492 pessoas certas para serem contratadas, só depende do aceite. O conselheiro Adrianis
493 colocou que tem duas questões importantes: primeiro a questão do mérito, não cabe,
494 pois deve ser cumprido aquilo que estava acordado em convênio: dez metas, mil e
495 quinhentos reais, esse é o primeiro princípio que a comissão considerou e deixou claro,
496 por mérito não, por mérito todas as entidades deveriam receber aditivos, a questão do
497 mérito não cabe aqui, segundo: colocou que vai repetir o que disse para a Eliane na
498 conversa, se as entidades não atenderem, aquilo que o promotor exige, quem tem que
499 assumir é o Poder Executivo, da forma como ele vai fazer ou não vai fazer, é uma
500 questão que ele tem que deliberar, acha que essas duas questões colocadas são
501 frágeis e não merecem ser levadas em consideração no sentido de pensar, que não é
502 por mérito, foi discutido amplamente isso, a excepcionalidade da situação, o que lhe
503 preocupa é que a excepcionalidade não pode virar regra, a fio de espada devemos
504 aprovar o mesmo valor para a Irmã Roberta agora, esse mesmo valor, sem que ela
505 tenha pedido porque está no mesmo patamar, temos que avaliar bem os projetos
506 quando eles chegam, se não, vamos começar aprovar à revelia, por méritos, e aí não
507 vamos ter paz, não é só pelo dinheiro, é por tudo aquilo que ele causa, então neste
508 momento a excepcionalidade está nos custando ter que aprovar um projeto no meio do
509 ano, readequar um serviço que já foi avaliado, já foi conveniado, houve monitoramento
510 sobre ele e agora mais cinquenta mil reais por ano em sete vezes, como vai ficar isso
511 para este conselho, esses meses atrás negamos cinco mil reais para uma entidade,
512 acho que com a questão do mérito temos que ter muito cuidado, porque o mérito é um
513 detalhe muito grave na Assistência, todas as entidades que fazem o papel do poder
514 público tem mérito, achas que a questão da APEDEF, depois da discussão dessa
515 questão, se coloca um alerta, um alerta que uma entidade não pode assumir um
516 serviço do qual não tem pernas para tanto, boa vontade, a única coisa que a boa
517 vontade leva é para o céu e em alguns casos, não para o SUAS. O conselheiro
518 Claudimar colocou que na verdade era a isso que ele estava se referindo, acha louvável



519 o trabalho, mas desde que assumiu como conselheiro tem sacado que não basta boa
520 vontade, porque a boa vontade esta ligada ao assistencialismo que não é assistência
521 social e questiona se o parecer da comissão é favorável? O conselheiro Adrianis
522 respondeu que é favorável dado a excepcionalidade. O conselheiro Claudimar colocou
523 que precisamos dar um critério, a comissão deve visitar o local para emitir parecer com
524 a segurança necessária, verificar se tem condições operacionais, além daquilo que a
525 vigilância sanitária já deve ter verificado, precisa verificar essa capacidade, e as
526 entidades, acha que isso deve ser geral para todos, não podem apresentar projeto
527 pensando em outro recurso, se a proposta é atender com recurso do FMAS então vai
528 apresentar tantas demandas com recursos do fundo, se houver uma coisa nova de outra
529 via, muito bom, mas não dá para começar o serviço pensando em ganhar duas vezes,
530 acaba tendo um problema fiscal sério e acaba comprometendo até a conduta deste
531 conselho aprovando um projeto que vai demonstrar ser inviável, então acha importante
532 a colocação do conselheiro Tierri, no que diz respeito a uma reanálise a respeito do
533 percapita, devemos partir do concreto para podermos chegar ao final com a solução
534 adequada, aquilo que o recurso público se presta e adotar isso como regra daqui em
535 diante, que se analise o projeto vendo em sua integridade, não contando com recurso
536 que poderá ser que venha, se não a entidade apresenta um projeto para atender dez
537 crianças ao custo de quinhentos reais por cabeça e esperando que o governo federal
538 libere mais quinhentos reais. O conselheiro Cleber colocou que há uma situação a se
539 resolver, as pessoas que precisam ser acolhidas e não tem culpa do histórico da
540 instituição, precisamos olhar para essas pessoas que precisam ser acolhidas e que não
541 tem culpa deste histórico, mas ao mesmo tempo essa situação nos levanta uma questão
542 de fiscalização e monitoramento, porque a sua pergunta é: até onde cabe à instituição
543 propor algo e apresentar, aí existem as conversas de corredores, até onde a
544 fiscalização deve acontecer? Porque, por exemplo, mesmo que haja um aceite, que
545 poderia ter vindo à instituição e ela não conseguiu alcançar aquilo que propôs, e aí fica
546 pensando: até onde vai isso porque se não fica difícil para gente sentar e discutir
547 algumas questões e a outra questão é que essas situações só vieram para essa mesa
548 porque ela teve que acolher essas outras pessoas que estavam em outra instituição
549 porque até então talvez não teriam essas adequações e todas essas situações, é uma
550 fragilidade por parte do conselho em relação ao monitoramento das instituições. A
551 presidente Beatriz colocou que essa situação está caminhando há muitos anos, os
552 conselheiros mais antigos sabem disso, essa situação já estava se estendendo há
553 muitos anos, talvez o conselheiro Marcelo que está a mais tempo acompanhando
554 enquanto conselheiro essas situações, é emergencial e acaba vindo para que a
555 presidente Beatriz dê conta em dez, quinze dias. Disse ainda que quando recebeu essa



556 questão, procurou várias entidades para ver se alguma assumiria este serviço e, então,
557 poucas ou talvez nenhuma queira assumir, então você acaba tentando ter que dar conta
558 dessas situações em momentos que talvez não sejam oportunos. O conselheiro Cleber
559 colocou que não sabe a questão da Vila Velha, aparentemente a APEDEF se propôs a
560 um trabalho, a realizar algo e no decorrer do processo não fez, aí na conversa que a
561 Salete apresentou havia a possibilidade de um recurso, mas a sua pergunta é: "até onde
562 ou de que maneira deve ser o nosso olhar fiscal para esta situação, porque via de regra
563 não cabe, mas quando a gente começa a ver outras coisas à gente pode compreender,
564 é só pra poder entender de que maneira nós vamos aprovar a situação, embora
565 entenda o que a Salete colocou, mas é só pra eu entender." O conselheiro Claudimar
566 colocou que acha que o atendimento que demanda agora não há menor dúvida, é para
567 resolver o problema e está se resolvendo, mas a sua fala que foi seguida pelo
568 conselheiro Cleber é neste sentido, precisa uma discussão ampla para que o CMAS não
569 libere o recurso se a entidade não tem condições para recolher, agora a Salete está
570 dizendo que vai se mobilizar e não há dúvidas, só que é uma coisa que tem se
571 arrastado desde o começo do ano e não precisava se preocupar agora onde colocar
572 essas pessoas se a entidade estivesse funcionando adequadamente desde o começo
573 do ano ou desde quando começou a funcionar, a sua preocupação é isso, o CMAS
574 precisa cuidar com as deliberações, tem um planejamento de atender dez e estão com
575 cinco, muito bem, a demanda ainda não completou, mas tem que ter condições de
576 acolher essa demanda, o que não pode é dizer que vai acolher dez e não ter espaço
577 para recolher nem dois, daí não funciona realmente, então acha louvável a situação
578 motivada pela propagação do Ministério Público em função do fechamento da Instituição
579 Vila Velha. O conselheiro Claudimar disse ainda que falta destacar o mesmo sentido
580 que o conselheiro Cleber colocou, agora é preciso que se veja realmente se a instituição
581 está em condições de cumprir o que se propõe e ao longo do ano, durante a execução
582 do convênio, precisamos ter relatórios periódicos das instituições que digam: a
583 instituição "A" está cumprindo, tem tantas metas e o seu objetivo está sendo alcançado
584 e para o CMAS chegar para todos e dizer: "valeu a pena liberar o recurso da instituição
585 "A" e não ser surpreendido com notícia de que a instituição não tem condição de
586 atender, se não houvesse esse intercurso da Vila Velha, o CMAS não saberia que a
587 APEDEF não está cumprindo essas metas por falta de recursos, os quais não vieram,
588 por isso o CMAS não pode aprovar coisas dependendo de recursos de terceiros, se tem
589 a promessa de que vai melhorar, mas não foi liberado, nosso dinheiro está indo, do
590 contribuinte, meu nesse caso, não é do Fundo que está saindo o recurso e depois
591 vamos ter um relatório favorável, ou contrário a aprovação de prestação de contas e
592 vindo esses relatórios, se vem ao contrário, a instituição vai poder, vai ser chamada a



593 devolver, não vai poder devolver, é uma coisa muito complexa e tem que ficar atento por
594 que, no fim, quem vai acabar respondendo é o Conselho, não insisto nisso pra assustar
595 ninguém, é para a gente ter responsabilidade do que está aprovando, precisamos ver de
596 fato se a instituição tem condições de responder pela sua proposta, condições físicas
597 inclusive, por exemplo, o Ministério Melhor Viver, se eles precisarem de recursos para
598 acolher oitocentas pessoas, mas tem só para setenta, fazer o que com as outras
599 setecentos e trinta, mas é muito bom que se acolha, tem demanda, mas não tem
600 condições físicas para o atendimento, aí libera recurso e a instituição fica feliz que tem
601 recurso, mas não vai poder fazer nada com o recurso vai ficar devendo pro município.”
602 O conselheiro Marcelo colocou que participou da reunião de comissão, inclusive, o
603 presidente da entidade estava presente e foi falado francamente com ele, abertamente,
604 foi comentado com ele dessa situação, da falta de preparo da entidade, de fazer o
605 planejamento, até de forçar uma inscrição no conselho, não foi natural, foi forçado
606 mesmo, foi falado para o presidente aqui presente, ele falou também dessa promessa
607 que tinha do Secretário de Assistência Social de que iria disponibilizar essa verba
608 federal para a instituição, que é uma promessa incabível até, por que, é o Conselho que
609 vai deliberar sobre isso, não é o Secretário, e também porque não existe só essa
610 instituição que presta esse serviço, foi conversado aqui com o Alex (presidente da
611 APEDEF) pessoalmente sobre a questão de como que ele se propõe a atender dez
612 pessoas e está atendendo apenas três, quando surge a demanda dos dez, coloca que
613 não tem dinheiro, precisa de mais dinheiro, o conselheiro Marcelo colocou que até por
614 conta da excepcionalidade que foi falada aqui na comissão, também votou
615 favoravelmente a aprovação, porém refletindo depois sobre isso, até está mudando o
616 voto, votando contrariamente, porque não tem cabimento fazer esse tipo de
617 suplementação, justamente pelos motivos que colocou como ressalvas, aprovação com
618 ressalva, então muda a aprovação com ressalva para não aprovação, pelos motivos que
619 colocou como ressalva que são os seguintes: a questão de se estar abrindo um
620 precedente que vai atingir todo mundo, se a APEDEF tem essa condição de dizer que
621 não dá conta, que tinha uma promessa e que agora precisa de mais dinheiro, abrem
622 precedentes para todas as entidades, todas as entidades podem chegar com a mesma
623 alegação aqui, a questão da complexidade do serviço, a questão das dez metas que
624 foram conveniadas e não estão sendo atingidas, a questão da igualdade que foi
625 colocada aqui porque o percapita é justamente definido com a questão da igualdade,
626 percapita média, percapita não visa financiar cem por cento do serviço, o Percapita visa
627 financiar parcialmente o serviço, a outra parte a entidade mesmo com recursos próprios,
628 recursos de outros parceiros, até mesmo verba federal, seja o que for, mas ela tem que
629 correr atrás disso para executar o serviço que ela se propôs a executar, então vê assim,



630 que talvez por conta dessa promessa se gerou uma expectativa, mas é uma promessa
631 que não poderia ser cumprida diretamente como não foi cumprida de fato, a questão
632 dos usuários como é que fica? O conselheiro Anderson colocou que quer fazer um
633 complemento antes da votação, quer que conste a justificativa, vai votar contrário ao
634 repasse do recurso por que mesmo sabendo que é uma demanda imediata que está
635 surgindo para o município, o qual precisa dar conta, provisoriamente, ele (município)
636 pode firmar uma parceria com outro município, diante de prazo determinado, pode ser
637 feito um termo de ajuste, para que se atenda essas pessoas imediatamente, dentro
638 desse meio tempo é preciso estabelecer prazos e metas onde se cria o serviço público
639 específico para isso, ou abre-se uma licitação para uma entidade que tenha a estrutura
640 necessária, que esteja disposta a trabalhar com esse serviço mediante o determinado
641 valor percapita de atendimento, coloca que essa seria a alternativa mais correta porque
642 abriria espaço para verificar se teriam outras entidades interessadas ou não, a partir do
643 momento que seria público, seria um chamamento público, e não um chamamento
644 individualizado, se foi possível e houver condições de ter um serviço público pra isso,
645 melhor ainda, seria o ideal e também por que o fato do CMAS aprovar a verba agora
646 para que se cumpra as dez metas que são demandas imediatas, não vai suprir as
647 necessidades que já é visível que vai precisar de muito mais vagas e essas vagas não
648 tem e não estão sendo pensadas agora, então, de repente, vai esperar acontecer de
649 novo o problema para pensar de novo, para ter a pressão do Ministério Público para
650 dizer que tem que colocar imediatamente e por conta disso vai votar contrário e quer
651 que conste o seu voto contrário com toda essa explanação que fez, de forma detalhada.
652 A Presidente Beatriz falou que acha muito válida a colocação, mas indaga ao
653 conselheiro Anderson o que você supõe que poderia ser feito? O conselheiro Anderson
654 respondeu que o ideal seria procurar outro município e completar o serviço
655 provisoriamente com outro município, dá para fazer um esquema de ajuste assim, por
656 exemplo, na área da criança e do adolescente é possível por que o termo é parecido, no
657 CMDCA tem o exemplo do município de Carambeí que atendeu por anos a sua
658 demanda e a do município de Castro até estruturar o serviço próprio, e pode fazer isso
659 aqui. A Presidente Beatriz disse que temos a garantia que hoje o município estaria
660 atendendo essas senhoras. O conselheiro Anderson falou tem que correr atrás, mas ai
661 tem toda a estrutura do município para estar correndo atrás. A Presidente Beatriz
662 colocou o assunto em votação. O conselheiro Claudimar falou que quer indagar uma
663 coisa: “o projeto apresentado foi avaliado? alguém visitou o espaço para ver se têm
664 condições de recolher essas dez pessoas, essas dez metas?” A Presidente Beatriz falou
665 que teve a oportunidade de fazer uma visita não para este momento, mas quando a
666 entidade estava pleiteando a Residência Inclusiva, e teve a oportunidade, em novembro,



667 dezembro, não se recorda, e achou viável a estrutura deles. O conselheiro Antônio
668 Ademir falou o seguinte: “gostaria que em relação a essa análise e avaliação de
669 projetos, com exceção do pessoal que faz parte das comissões, os demais conselheiros
670 pudessem ter acesso para que quando os conselheiros chegassem aqui tivessem uma
671 visão mais ampla de todos esses projetos que entram no CMAS, porque as comissões
672 específicas sabem de tudo porque estão fazendo avaliação e a nossa responsabilidade
673 é muito grande, aprovamos em cima do parecer que já foi dado, seria uma coisa
674 redundante, se a comissão específica já avaliou e aprovou, a gente começa a contrariar
675 coisa que não conhece, a comissão é competente para fazer a avaliação, daí chega eu
676 aqui que nem vi nada aprovo ou não aprovo daí fica esquisito isso daí, eu gostaria que a
677 comissão fornecesse a cada conselheiro uma síntese daquilo que eles apuraram
678 durante a avaliação pra gente chegar aqui munido de informações.” O conselheiro
679 Claudimar colocou que todos os usuários são importantes, com deficiência ou sem
680 deficiência, a colocação do conselheiro Antonio Ademir é aquilo que estava indagando
681 desde o início, precisamos ter um acompanhamento mais pormenorizado, perceptivo,
682 daquilo que é liberado e daquilo que é prometido de ser executado e um crivo maior
683 sobre os projetos apresentados com proposta a ser executada, especialmente a
684 respeito de estrutura física e recursos humanos porque, se não, passamos a tarde
685 discutindo as possibilidades de se atender as demandas e eu se posiciona favorável ao
686 parecer da comissão com as ressalvas. O conselheiro Claudimar disse ainda que tem
687 uma irmã deficiente eu sabe como que é o trabalho, não é fácil e especialmente quando
688 a família abandona, a sua irmã mora com os seus pais que cuidam dela sem nenhum
689 problema, mas sabe o trabalho que dá e o complicador que é buscar o apoio de outros
690 municípios, deslocamentos, sabe o trabalho que dá principalmente por se tratar não só
691 de deficiente físico e sim de múltiplas deficiências, disse ainda que tem um complicador
692 muito sério porque o deficiente físico tem autonomia, se alimenta sozinho e possui um
693 desempenho diferente, agora pessoas com um comprometimento severo não dá para
694 nós desconsiderarmos o fato, ainda que eu considere importante todos os usuários do
695 sistema é preciso uma resposta imediata para essa demanda do Ministério Público. Por
696 fim, disse que é preciso um sistema de acompanhamento mais efetivo identificando
697 dentro da instituição o que está acontecendo e no final do ano poder acompanhar o
698 relatório da instituição para que seja possível checar, de fato, o que a entidade realizou.
699 A Presidente Beatriz disse que não discorda de nenhuma palavra que foi se colocada,
700 mas que talvez seja um pouco pessimista quando se trata dessa clientela, existe uma
701 demanda muito grande, fez isso para que essa clientela fosse atendida, saiu batendo de
702 porta em porta, essa demanda não é tão simples assim, quando vocês colocam que
703 cabe ao município, não vê tão simples assim, existe uma peregrinação, ela mesma fez



704 isso, então existe um comprometimento muito grande, mas como que vai dar conta, é
705 um sentimento de impotência aquela entidade atender com todas essas dificuldades,
706 então dificilmente as entidades se propõe, então, quando a APEDEF se propôs,
707 honestamente, foi de braços abertos que foi recebido naquele momento sem questionar,
708 ela (APEDEF) era a única que estava se propondo a esse serviço e teremos uma outra
709 entidade que vai estar cobrando de nós daqui algum tempo vinte, trinta deficientes que
710 teremos que dar conta, sabemos que as outras entidades não estão aptas a receber
711 esse serviço. A conselheira Ana Duda falou que existe a possibilidade da ampliação do
712 serviço, existe essa possibilidade do termo de aceite pode ser feito todo ano, então a
713 possibilidade do desenvolvimento do serviço pelo município ela já está sendo
714 visualizada pela secretaria, os termos de aceite conforme o tempo que o MDS libera o
715 município visualiza essas possibilidades, então nós temos uma demanda que sabe-se
716 de forma informal que elas vem, então é bem provável, que a secretaria já está
717 verificando a possibilidade de termo de aceite de outras residências a partir do ano que
718 vem, porque esse ano já não tem mais, esses convênios eles precisam ser liberados
719 primeiramente pelo MDS, não é uma questão de que o município vai pegar e vai fazer
720 antes de qualquer coisa, ele pode até decidir fazer isso mas o MDS libera no tempo que
721 ele acha que é necessário. A conselheira Claudia disse que essa residência inclusiva,
722 trabalhou muito tempo na APAE e já faz muito tempo que saiu de lá, já se ouvia falar
723 dessa residência inclusiva, faz vinte anos que eu saí da APAE e já se ouvia falar nisso
724 e que realmente havia a promessa do governo federal que iria liberar dinheiro para isso,
725 então acha que vale questionar o governo federal porque não foi feito isso, já que era
726 um programa deles, uma determinação, uma necessidade e quanto ao aditivo não
727 podemos avaliar nossas crianças friamente, mas chamamos de criança porque são
728 umas eternas crianças, independente da idade, acha que necessita, trabalhou com uma
729 menina há dois anos atrás, por dois anos, que o pai é idoso, a mãe está numa cama em
730 uma depressão profunda não tem condições de cuidar dessa criança e aonde vai essa
731 criança? Ela não tem condições de ser independente pelo problema dela, então é
732 complicado, claro que foi feito errado, mas aí houve uma falha de todos, do conselho
733 que não avaliou o que foi feito com esse dinheiro, então acha que tem que jogar se o
734 MP está exigindo que de conta, ele que exija que dê conta daquele dinheiro. O
735 conselheiro Claudimar colocou que não adianta dimensionar lá em cima e sim a
736 demanda do município, que é onde as pessoas estão, não adianta dimensionar união e
737 estado, pois eles estão longes, como disse a conselheira Ana Duda é preciso
738 dimensionar a nossa demanda, hoje nós temos uma demanda emergencial de uma
739 pessoa por exemplo mas nós sabemos que vai ter mais e mais, se o município não
740 dimensionar e não apresentar proposta ao órgão federal, nacional, eles não vão saber



741 que tem demanda, o ministério está lá em Brasília, não vai dimensionar. A conselheira
742 Ana Duda falou que a liberação do MDS vem para o município e depois é que o
743 município apresenta as demandas, então, não adianta, a princípio, o município
744 apresentar demanda e o MDS não liberar a possibilidade de desenvolvimento de
745 convênio, independente disso o governo diz: temos cinquenta residências inclusivas
746 para liberar e lança para o Brasil inteiro e o município diz se existe a demanda no
747 município ou não. O conselheiro Claudimar questionou qual é a nossa demanda aqui,
748 cinquenta, sessenta, cem, para residência inclusiva? O conselheiro Adrianis falou que é
749 importante pensarmos duas coisas: primeiro porque que o município perdeu o aceite?
750 Havia um aceite já para segunda residência inclusiva, foi perdido. A Secretária Carla
751 falou que não estava no CMAS e talvez o conselheiro Tierri lembre. O conselheiro Tierri
752 colocou que tem até uma resolução do conselho do ano passado aprovando a
753 residência inclusiva dois, e quanto a residência um não se lembra de encontrar
754 resolução aprovando, mas tem essa resolução aprovando a residência inclusiva dois,
755 então temos duas residências, duas que serão cofinanciadas. O conselheiro Adrianis
756 questionou o que de fato breçou? Este conselho ou a gerência? Que se o conselho
757 aprovou, a segunda parte é da gerência. O conselheiro Anderson respondeu que foi o
758 município que não conseguiu se adequar. O conselheiro Adrianis colocou que mesmo
759 se houver aceite agora, não tem como chamar concurso, não vai haver equipe mínima,
760 não tem como compor uma equipe básica, nem que ele queira, acho que esta questão
761 se coloca como uma questão prática, então a perda desse segundo aceite se deu
762 porque o município não conseguiu cumprir com aquilo que ele tinha pactuado. O
763 conselheiro Claudimar colocou que não adianta deliberarmos pela aprovação do aceite
764 se o aceite não vai ser executado. O conselheiro Adrianis colocou que o fluxo do ano
765 que vem, que está vindo da APAE vai esbarrar nesta mesma questão, se não houver
766 contratação de equipe, porque a contrapartida é a equipe, não precisa de aceite, acha
767 que esta questão faz a gente pensar que era cofinanciamento estadual do fundo. O
768 conselheiro Tierri colocou que tem dez mil federal e cinco mil estadual. O conselheiro
769 Adrianis colocou que a questão é que nós precisamos criar um projeto, se está vindo
770 oito da APAE, manda um lá pra APEDEF, fecha a casa com dez e nós temos mais sete
771 e nós vamos tendo situações emergenciais, mais situações, acha que o
772 encaminhamento, logo teremos que votar mais é de fato pedir à gerência, precisamos
773 fazer um estudo sobre isso. A conselheira Cláudia colocou que, na realidade, acha que
774 por falha do município de uma forma geral, em outros anos também, porque isso era um
775 problema, não é agora, não existe agora esse ano, se tivesse tido um movimento outros
776 anos essa questão poderia ter sido resolvida, não é de hoje que se fala em residência
777 inclusiva, então foi se empurrando com a barriga muitos anos, como se fosse assim não



778 é problema meu, então se houve uma falha do município, houve uma falha de muitos
779 anos, por que a criança o adolescente com necessidades especiais sempre houve,
780 adolescentes e adultos com necessidade especial que não tinha família sempre houve,
781 tanto que alguns iam parar lá no Franco da Rocha, quem mandou fechar o Franco da
782 Rocha? É preciso cobrar uma posição não é do município é do governo federal, seria
783 uma instância maior até. O conselheiro Adrianis respondeu não, não é o município. O
784 conselheiro Anderson colocou que se perdeu o aceite justamente por que não tinha
785 estudo, não tinha comprovação necessária, o município não tem dado conta, tudo bem,
786 nós aprovamos hoje, mas tem que se determinar e tem que sair dessa mesa aqui que o
787 estudo de todas as condições para se fazer um novo aceite tem que começar a ser feito
788 esse ano, pra que ano que vem quando se abre o aceite, eles abrem hoje e amanhã
789 seja entregue toda documentação. A conselheira Ana Duda colocou que seja levado
790 para a comissão pertinente para discussão e que seja votado o projeto porque estamos
791 divagando muito tempo e esse assunto vai longe. O conselheiro Tierrri colocou que o
792 chamamento público seria interessante a quem realmente tem interesse, mas quando
793 ele é feito não tem ninguém. O conselheiro Adrianis colocou que, aprovado ou não, que
794 imediatamente faça um monitoramento, que o monitoramento fique a cargo da
795 comissão. A conselheira Ana Duda indagou se isso é pertinente às atribuições da
796 comissão? O conselheiro Anderson falou que o papel do conselho é fiscalizar. O
797 conselheiro Anderson disse que vota com a ressalva que o conselheiro Adrianis fez, que
798 o monitoramento seja feito pela comissão, voto favorável, bem como justifico o meu
799 voto, que estou solicitando que o conselho emita uma resolução, para que o município
800 faça um estudo de todos esses casos que nós temos hoje que precisarão ser atendidos
801 imediatamente, que esse estudo aconteça esse ano para que a próxima vez que se
802 abra uma residência inclusiva, que se abra o aceite da residência inclusiva que
803 tenhamos toda estrutura necessária para aceitar isso, tendo em vista que é uma
804 demanda imediata. A conselheira Ana Duda indagou: “isso quer dizer que você faz uma
805 sugestão para que a comissão analise todas essas possibilidades?” O conselheiro
806 Anderson respondeu: “não, estou dando uma sugestão para que o conselho emita uma
807 resolução pedindo ao município que se faça um estudo, fixando uma data e que não
808 pode passar desse ano.” O conselheiro Adrianis colocou que vota favorável e
809 acompanha a posição do conselheiro Anderson em dois aspectos, do monitoramento
810 pela comissão e da resolução do conselho para o gestor público. O conselheiro Marcelo
811 colocou que está com uma dúvida muito cruel, mas vota contrariamente pelos motivos
812 que falou. O conselheiro Patrick se abstém de votar. A conselheira Ana Carolina
813 colocou que vai justificar o voto porque considera essa demanda muito frágil muito
814 delicada não se sente confortável em votar contra, mas também não se sente



815 confortável em votar a favor, se se abster não vai resolver a situação, mas tendo em
816 vista esse encaminhamento que o conselheiro Adrianis colocou vai aprovar agora
817 confiando no seu senso de julgamento, pois confia plenamente na capacidade técnica
818 da comissão. O conselheiro Josemar votou favorável. A conselheira Ana Duda votou
819 favorável ao projeto. A Presidente Beatriz, favorável. O conselheiro Tierri, favorável.
820 **Item 4.2 da pauta APROVADO, conforme resolução CMAS 23/2014.** O conselheiro
821 Adrianis colocou sobre um pedido de devolutiva que não aconteceu, que o CMAS
822 encaminhou o ofício trinta e quatro ao Serviço de Obras Sociais solicitando algumas
823 informações que não chegaram à comissão, venceu na data de hoje, pede para reiterar
824 o ofício com caráter de urgência. O conselheiro Adrianis se reportando aos conselheiros
825 Beatriz e Tierri: “essa semana vocês tiveram a reunião com o SOS, gostaria que vocês
826 fizessem um relato, por escrito, para a comissão com os apontamentos que surgiram
827 dessa reunião, haja vista que aquele dia pela plenária vocês ficaram incumbidos de dar
828 retorno.” A Presidente Beatriz passou ao item cinco, apreciação do parecer da
829 Comissão de Ética. O conselheiro Claudimar solicitou prazo até a próxima reunião
830 ordinária para apresentar o parecer. A presidente Beatriz perguntou se todos
831 concordam. O conselheiro Clóvis solicitou que o parecer seja encaminhado previamente
832 para todos os conselheiros fazerem a leitura antes da data de votação e virem com a
833 compreensão do que é o parecer e quais são as consequências dessa votação, que o
834 parecer não seja colocado no dia, mas que seja colocado com antecedência mínima de
835 quinze dias para que todos possam ler, entender e votar. O conselheiro Adrianis
836 explicou que tivemos reunião nessa terça feira e esse conselho tem se reunido com as
837 comissões em caráter de urgência, quando o conselheiro Clóvis pede quinze dias de
838 brevidade, construiu esse parecer que foi lido, na madrugada dessa noite, doente, e
839 esse conselho não tem tido tempo de emitir pareceres com tanta distância, vai retomar
840 novamente a reunião do dia trinta do qual foi dito que nós não emitimos pareceres por
841 achar que não queríamos, os pareceres serão emitidos quase concomitante numa
842 reunião que aconteceu de manhã e chamando essa plenária noutro dia a tarde. O
843 conselheiro Marcelo colocou para o conselheiro Clóvis: “é até estranha esta tua postura
844 porque na outra reunião que você esteve presente você pediu suspensão do parecer e
845 cara feia não me assusta também, mais a questão é essa, estranho seu parecer por
846 causa disso, em uma reunião você dispensa o parecer na outra você exige com quinze
847 dias de antecedência para que todos tenham conhecimento claro do que está
848 acontecendo, então é muito contraditório e incoerente, outra coisa nós temos o
849 regimento interno que regula as ações aqui do conselho, uma coisa correta que você
850 falou aí, sem dúvida nenhuma, os conselheiros têm que ter conhecimento prévio dos
851 assuntos aqui, isso é uma demanda que eu tenho apresentado toda reunião e não se



852 toma nenhuma atitude, eu gostaria e repito que sim os conselheiros têm que tomar
853 conhecimento com um prazo razoável de antecedência, seja quarenta e oito horas,
854 quinze dias também é inviável, reforço e concordo com o conselheiro Clóvis nessa
855 situação de conhecimento prévio, antes das reuniões, as comissões tem que ter acesso
856 ao material que vai ser analisado antes da reunião e a plenária da mesma forma, de
857 acesso ao parecer e aos projetos e assuntos antes da plenária.” O conselheiro
858 Claudimar colocou que estamos algumas vezes e reconhece a necessidade que é
859 preciso ter muito cuidado com tantas reuniões extraordinárias, hoje saiu de uma
860 audiência correndo pra chegar a tempo na reunião, então, quando há uma reunião
861 ordinária mensal gostaria de ser informado com antecedência, o seu suplente também
862 está em audiência hoje, encontrou ele no fórum, tinha destacado a necessidade das
863 reuniões serem nas sextas-feiras, mas procura se acertar de acordo com a reunião
864 ordinária e por isso a importância dos projetos serem apresentados com antecedência
865 para que todo mundo possa ter o conhecimento, aqui na mesa, do que está em
866 discussão, por que aqui na reunião extraordinária não está tendo, ao menos nós que
867 somos conselheiros não governamentais temos as nossas incumbências, nossas
868 atribuições profissionais que as vezes não permitem que estejamos presente em todas
869 as reuniões extraordinárias que se apresentam, então clamo à presidência que analise
870 com cumplicidade essa questão que as extraordinárias sejam para assuntos de extrema
871 relevância e o que pode esperar, a gente procura ter uma agenda de datas para
872 projetos, data para relatórios, procurar observar, sei que tem essa demanda também
873 não é de hoje. A conselheira Ana Duda colocou que gostaria só de entender por que a
874 comissão está retirando a apresentação visto que era pauta. O conselheiro Claudimar
875 respondeu que não era pauta, não é assunto emergencial, era proposta de pauta e eu
876 não estava nessa reunião. A conselheira Ana Duda colocou que a pauta foi aprovada. O
877 conselheiro Claudimar respondeu que pediu uma prorrogação de prazo e se a
878 conselheira Ana Duda quiser ele pode dar o seu parecer agora mesmo. A conselheira
879 Ana Duda indagou se está sendo retirado pela comissão? O conselheiro Claudimar
880 respondeu que apenas está sendo retirado da reunião de hoje e que na próxima reunião
881 plenária vai apresentar o parecer. A conselheira Cláudia lembrou que foi pedido a
882 retratação de um conselheiro sobre o que foi colocado aqui, e que ela gostaria também
883 de ter a retratação do Sr. Luiz César, ex-presidente do CMAS, porque em um momento
884 da reunião do dia 30 de abril ele falou “vitória das FGS”, recebe FG sim, mas o
885 conselheiro Claudimar pode testemunhar que a professora Esméria, Secretária de
886 Educação, só permite FGs por meritocracia, é professora, está dizendo por mim e por
887 sua Secretária, então não precisa de FG, é professora, concursada e tenho uma carreira
888 na rede municipal de vinte e três, vinte e quatro anos, não se recorda mais, então



889 gostaria de uma retratação dele também, porque ele fez um julgamento que talvez tenha
890 sido o julgamento de todos vocês, mas acha que expressar aquilo naquele momento foi
891 um julgamento que ele não tem prova, ele não tem prova daquilo que ele falou se a
892 gente votou por uma FG, os conselheiros governamentais votaram, então, na gestão
893 dele também os governamentais votavam por FG. O conselheiro Cleber colocou que a
894 gente começou uma disputa de poder tão grande, se formos olhar a gente fica com
895 retratação, outros pensam em levar um processo fora do conselho, e estamos se
896 desgastando tanto, se quisermos ir nesta mão nós podemos ir, mas fica pensando
897 assim:” até onde vale a pena gente?” Acha que a partir do momento que se fala em
898 retratação, acha que você tem todo o direito de dizer já que houve uma fala que foi
899 infeliz, eu não gostei, eu quero registrar e da mesma maneira que vocês estão em
900 busca disso eu acho que você também tem esse direito, só que a gente precisa prestar
901 bastante atenção, olhe para onde estamos indo? A conselheira Claudia colocou que
902 isso foi instaurado há bastante tempo, mas enfim gostaria. O conselheiro Claudimar
903 colocou que reconhece a preocupação tanto da conselheira Claudia quanto do
904 conselheiro Adrianis, sobre a questão da retratação, só que o ex conselheiro não faz
905 parte mais deste conselho, é como qualquer um dos que estão aqui presentes, é
906 público, tem que buscar a justiça, o Conselho não tem caráter judicial, pode solicitar que
907 alguém se retrate, ótimo, se o conselheiro quiser se retratar, ótimo, se não também
908 ótimo, queria colocar que não estranhamos a posição dos conselheiros governamentais,
909 não estranho, porque na verdade é correto que o governo oriente os seus conselheiros,
910 isso não há a menor dúvida, afinal de contas as pessoas que estão aqui foram
911 escolhidos pelo Prefeito, seria estranho se o governo indicasse o conselho e votasse
912 contra o governo daí seria de estranhar, fui governo, a gente fazia reuniões com
913 orientação de pauta e tudo mais, do governo, respeito muito como se conduz o governo,
914 que temos metade deste conselho, o que acontece além disso cada um responde por si.
915 A conselheira Ana Carolina colocou que isso já foi votado anteriormente que todos os
916 pareceres, ela mesma na sua comissão colocou isso em uma reunião de plenária, que
917 todo material para apreciação deveria ser enviado não só para as comissões, mas para
918 todos os conselheiros para que tomassem conhecimento porque ela mesma teve muita
919 dificuldade, material novo que não conhecia, precisava buscar subsídio para
920 entendimento, sofreu muito com isso, mas é como foi falado aqui hoje, não estamos
921 recebendo ainda esse material, já foi votado para ser enviado com antecedência. O
922 conselheiro Claudimar colocou que depois que a comissão apresentou o seu parecer aí
923 cabe à presidente do conselho dar essa ênfase aos conselheiros porque não é a
924 comissão que tem que comunicar os conselheiros, a comissão comunica os
925 conselheiros da comissão, isso não tem nenhum problema, apresentar o parecer, a



926 pauta quem elabora é a presidente que vai colocar aquilo que for adequado. O
927 conselheiro Marcelo colocou para a presidente Beatriz que o regimento prevê que existe
928 uma diretoria que é composta pelo presidente, vice e os coordenadores de comissão,
929 então acha que podemos, nada mais nada menos que colocar o regimento interno em
930 vigor e poderia até chamar uma reunião da diretoria e do conselho que é a presidente e
931 os coordenadores e montar a pauta em conjunto uma semana antes, talvez, ou na
932 semana da reunião plenária, monta a pauta em conjunto com a diretoria e já faz os
933 encaminhamentos para todos os demais conselheiros, acha que desta forma ficaria
934 perfeito, porque o regimento fala também que é o coordenador da comissão que pede a
935 pauta para apresentar o parecer é uma atribuição dele, nem da presidente não é, então
936 seria mais viável se fazer isso, chamar a reunião de diretoria com prazo razoável antes,
937 monta-se a pauta e já delibera a convocação, a convocação sim é uma atribuição da
938 presidente. O conselheiro Marcelo colocou que a secretária Carla quando tem reunião
939 de comissão ela consulta o coordenador, porque é uma atribuição do coordenador
940 chamar a reunião de comissão. A presidente Beatriz passou ao item seis da pauta,
941 alteração da solicitação da Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da
942 Economia Solidária. A presidente Beatriz disse que aprovamos na última reunião o
943 projeto, mas eles retornaram e pediram modificação com relação ao valor, de R\$
944 116.898,00 pra R\$ 116.992,00 seria uma diferença de quatro reais. O conselheiro
945 Claudimar colocou que não é recurso público, deixa bem claro isso, estamos
946 atualizando convênio entre CONAB e Cooperativa. O conselheiro Adrianis lembrou que
947 nós estamos endossando, este conselho está dizendo vocês podem fazer isso que esse
948 conselho leu, avaliou e disse que está tudo em ordem, leu, tem fresco na mente o
949 processo, tudo que foi dito, está questionando que estamos dando uma resolução deste
950 conselho para eles, tem fresco na memória tudo que eles escreveram, vai endossar
951 mais uma vez se nós adotarmos essa prática outros vão querer, o meu voto não é
952 favorável, a demanda veio direto para o pleno porque o pleno determinou que hoje
953 passaria direto para cá, vota contrário e vai justificar o seu voto, por mais que a matéria
954 já tenha sido analisada e já tenha esgotado, entende que o fluxo tem que ser respeitado
955 e estamos empenhando o nome do Conselho Municipal de Assistência de Ponta
956 Grossa, qualquer situação vinda deste convênio seremos imbricados diretamente. O
957 Conselheiro Claudimar colocou que esse convênio foi aprovado na reunião passada. O
958 Conselheiro Adrianis colocou que ele não tinha alterações, é isso que está dizendo,
959 alteração de meio centavo faz a diferença, o senhor é jurista sabe, não teve acesso a
960 mudança que chegou ontem, não está aprovando porque não passamos pelo trâmite
961 que essa casa pede. O conselheiro Marcelo colocou que perdeu o início da discussão
962 porque chegou atrasado e perdeu também agora a discussão por este fato de não ter



963 passado pela comissão também é contrário. O conselheiro Patrick votou contrário. A
964 conselheira Ana Carolina é contrária. A secretária executiva Carla diz que foram nove
965 votos a favor e seis contrários. O conselheiro Tierri coloca que a diferença é de três
966 reais R\$116.989,00 e esse valor vai para R\$116.992,00 então eles tiraram o pão e
967 aumentaram os outros itens, por conta desta mudança alterou o código da proposta,
968 essa duas mudanças que vão acontecer na resolução que já foi feita na reunião
969 passada. **Item 6 da pauta APROVADO, conforme resolução CMAS 24/2014.** A
970 Presidente Beatriz colocou que precisa de duas pessoas para representar o CMAS no
971 SINASE e questiona se alguém se propõe, disse que na gestão anterior eram a ex-
972 conselheira Marialva como titular e a ex-conselheira Fernanda como suplente. O
973 conselheiro Tierri se propôs a ser o titular e conselheira Ana Carolina se propôs a ser a
974 suplente. **Encerramento:** Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente
975 Beatriz de Souza agradeceu a presença dos conselheiros e demais convidados
976 encerrando a reunião às dezesseis horas e trinta minutos. Esta ATA foi transcrita pela
977 assessora de gabinete Cleusa Szreider e pela assistente administrativo Patrícia Mitui,
978 redigida pelo Vice-presidente, Tierri Angeluci e por mim, Carla Bühner, secretária
979 executiva que, após aprovada segue pelos presentes.